

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 21 | Número 1 | Ano/período: jan/abril 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i1.13376

ISSN: 2763-8804

Livro didático e o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira:

narrativas e políticas públicas

Alan Bizerra Martins¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

MARTINS, Alan Bizerra. Livro didático e o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira: narrativas e políticas públicas. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 1, p. 135-152, jun-abril 2022. Semestral.

Recebido em: 08/09/2021 | **Aprovado em:** 08/09/2021 | **Publicado em:** 08/08/2022

¹Graduado em Geografia na modalidade Licenciatura da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. Mestrando em História pelo PPGHIST/UNIFESSPA. Atualmente integrante no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU/FACED/ICH e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Currículo e Interculturalidade - GEPECI/UNIFESSPA. Participante do Laboratório e Grupo de Pesquisa: Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTemppo/CNPq).

Livro didático e o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira: narrativas e políticas públicas

Resumo

Nos últimos anos pesquisas sobre a temática ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira tem ganhado mais espaços no âmbito educacional. No ano de 2003, foi implementada, a Lei 10.639/03, que estabeleceu a Educação das Relações Étnico-Raciais e a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. A pesquisa tem objetivo analisar e refletir sobre as narrativas didáticas sobre o Ensino de História África e da Cultura Afro-Brasileira na coleção "História Sociedade & Cidadania" dos Anos Finais do Ensino Fundamental utilizada no município de Marabá-PA.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático. Lei. 10.639/03.

Textbook and the teaching of African history and Afro-Brazilian Culture: narratives and public policies

Abstract

In recent years research on the teaching of African History and Afro-Brazilian Culture has gained more and more space in the educational field. In 2003, Law 10.639/03 was implemented, which instituted the Teaching of Ethnic-Racial Relations and the mandatory teaching of Afro-Brazilian History and Culture. The research aims to analyze and reflect on the didactic narratives about the Teaching of History of Africa and Afro-Brazilian Culture in the collection "História Sociedade & Cidadania" of the Final Years of Elementary School used in the municipality of Marabá-PA.

Keywords: Teaching History. Textbook. Law. 10.639/03.

Libro de texto y la enseñanza de la historia africana y la cultura afrobrasileña: narrativas y políticas públicas

Resumen

En los últimos años la investigación sobre la Enseñanza de la Historia Africana y la Cultura Afrobrasileña ganó más espacio en el campo educativo. En 2003, fue implementada la Ley 10.639/03, que estableció la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales y la enseñanza obligatoria de la Historia y Cultura Afrobrasileña. La investigación tiene como objetivo analizar y reflexionar sobre las narrativas didácticas sobre la Enseñanza de la Historia Africana y la Cultura Afrobrasileña en la colección "Historia Sociedade & Cidadania" de los Últimos Años de la Enseñanza Fundamental utilizada en el municipio de Marabá-PA.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Libro de texto. Ley. 10.639/03.

Nos últimos anos, pesquisas sobre a temática ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira tem ganhado mais espaços no âmbito educacional. Isso foi possível devido que, no ano de 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi implementada, a Lei 10.639/03¹, que estabeleceu a Educação das Relações Étnico-Raciais e a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Desse modo, pelo direcionamento da legislação, utilizamos os termos da Lei.10.639/03, pois, se trata do objeto de análise da presente dissertação em andamento. Desse modo, é importante mencionar que, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9394/96², foi alterada pela lei mencionada. No ano de 2004, com alteração da LDB, é criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução n.º 1 de 2004, coordenado pela Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que foi posteriormente aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira que determinou:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004, p. 17).

É importante mencionar que, o documento se trata de um conjunto de orientações para organização do processo de ensino. Desse modo, trata-se de uma política de reparações, de reconhecimento e valorização da cultura e identidade negra e afro-brasileira. O documento estabelece a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, através do Estado “e a sociedade tome medidas para ressarcir os descendentes de africanos e negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos sofridos sob o regime escravista” (BRASIL, 2004, p. 11). Assim como, deve oferecer a garantia que o negro(a) e afrodescendentes podem ingressar e continuar no sistema de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, para uma qualificação profissional.

¹ BRASIL. Lei N. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei N. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 23 de out. 2021.

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/96, foi alterada pelas leis 10.639/03 e 11.645/ 08 com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B.

As diretrizes também explicam a complexidade sobre o processo da construção da identidade negra no Brasil. O processo que ficou marcado por uma sociedade em que discrimina os negros, através da desvalorização da cultura de matriz africana. Desse modo, aponta a importância de enfrentar os equívocos que são frequentemente utilizados contra cultura, história do afro-brasileiro e do negro, como o caso da ideologia do branqueamento da população. “Cabe lembrar que, no pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros” (BRASIL, 2004, p. 16). Também, outro equívoco que devemos superar, é o discurso sobre a questão racial se limita apenas ao movimento negro e não à escola. Vale mencionar que, na escola, enquanto instituição social é “responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 2004, p. 16).

Desse modo, devemos estabelecer um ensino em combate ao racismo e a discriminações, com o objetivo de educação das relações étnico-raciais que favoreça “despertar entre os brancos a consciência negra” (BRASIL, 2004, p. 16). Dessa forma, é fundamental a participação do neste processo de reconhecimento, o Estado, a sociedade e a escola, “[...]possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira”. (BRASIL, 2004, p. 17).

Por muitos anos, devido às dificuldades didáticas e metodológicas ocorrem a falta de debate em relação à História da Africana e dos povos africanos no saber escolar. Essas dificuldades passam pelo campo da formação docente, nos currículos escolares e nos livros didáticos. Segundo Anderson Oliva (2007), os estudos da História da África e seus descendentes permaneceram em “[...] em uma multissecular tradição de imagens e representações que não são homogêneas, idênticas, e muitos menos exclusivas - formuladas sobre a África e suas populações, ao longo de vários e diversificados contextos espaços-temporais” (OLIVA, 2007, p. 3). Sobre essa questão, Carlos Moore (2005) defende que o ensino da História da África e seus descendentes devem ser ensinada por meio de sua estrutura dos eventos no continente, “[...] mas também em relação ao mundo extra africano. Somente assim, poderão descobrir as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiu e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo” (MOORE, 2005, p. 13).

É importante mencionar, a relevância dos livros didáticos de história, visto que, por meio, das narrativas didáticas representam discursos sobre o continente africano e seus povos. Circe Bittencourt (2020), aponta sobre a complexidade que é o livro didático como produto cultural no processo de ensino e aprendizagem, pois, o manual didático pode ser também, “[...] um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Mas para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os aspectos e contradições”. BITTENCOURT (2020, p. 72-73). Dessa forma, devemos compreender o livro didático como um recurso/objeto de múltiplos sujeitos que fazem parte de sua elaboração.

Outro ponto importante a mencionar, é sobre a temática do Ensino de História África e da Cultura Afro-Brasileira para ensino de História. Os estudos de Wilma Coelho; Mauro Coelho (2013), Denise Bispo; Luiz Silva (2008), Delton Felipe; Tereza Teruya (2014), apontam que a temática envolvendo a cultura do negro, além de enfatizar a importância da formação docente inicial e continuada, é importante trabalhar com o currículo em uma perspectiva crítica para desconstruir visões eurocêntricas que desvaloriza os grupos étnicos. Dessa forma, abre possibilidade de renovações do conhecimento que valorize as culturais dos povos de diferentes etnias. O ensino da história da cultura e afro-brasileira na educação básica é fundamental para combater o racismo e preconceitos direcionados aos sujeitos de origem afrodescendente. Vale lembrar, que não se trata de uma mudança do foco da raiz europeia para africana, mas sim de conseguir ampliar os currículos escolares voltados em trabalhos com a valorização da cultura africana e da diversidade cultural.

A relevância sobre as relações étnico-raciais que, por meio, da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), aponta que devemos reconhecer a história narrada sobre o afro-brasileiro e africano de forma que desconstrua estereotípicos: I) Desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; II) Valorizar as políticas educacionais para diminuir e superar a desigualdades raciais na educação; III) Reconhecer a valorização a respeito da diversidade negra, sua cultura e história antes e depois da diáspora, ou seja, narrar uma história que não faça que os alunos(as) negros(as) sejam rejeitados ou desvalorizados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos. (BRASIL, 2004, p. 18).

A pesquisa é fundamentada em três momentos, o primeiro momento é abordo breve contexto das políticas públicas de qualificação para os livros didáticos, em seguida demonstro a análise dos Editais de avaliação do PNLD para verificar a preocupação em torno da Lei. 10.639/03. No terceiro momento, procuramos demonstra as narrativas didáticas nos 20 (vinte) livros da coleção “História Sociedade & Cidadania”, verificando o espaço destinado nos capítulos da coleção didática no período em questão, e por fim, algumas observações e considerações em relação à pesquisa.

O presente trabalho é fruto do percurso que se iniciou com as ações desenvolvidas na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA sendo desenvolvida vinculado à linha de pesquisa: Ensino de História, narrativas e documentos do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). A pesquisa é composta nos dados parciais da investigação que consiste em verificar como as narrativas sobre questões étnico-raciais, conforme a Lei. nº. 10.639/03 estão nos livros didáticos de história dos anos finais do Ensino Fundamental. Desse modo, o presente texto tem objetivo analisar e refletir sobre as narrativas didáticas sobre o Ensino de História África e da Cultura Afro-Brasileira.

As políticas para o livro didático: um breve panorama

Para Jadson Soares e Margarida Dias (2019), as políticas voltadas para o livro didático, apesar de terem ligações, devem ser tratadas de forma isoladas. Segundo os autores, no Brasil as políticas para os livros didáticos “são datadas da década de 1930 e tiveram como o marco fundador a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL)”. (SAORES e DIAS, 2019, p. 202). A partir dos anos de 1930, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Saúde, tinha a fiscalização do sistema de ensino em todo território nacional. No ano de 1931, ocorreram reformas para o ensino secundário que “estipulava em seu artigo 10, que os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, seriam expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto n.º 19.890, de abril de 1931)”. (STAMATTO e CAIMI, 2016, p. 227).

Na década de 1930, durante o Estado Novo, Gustavo Capanema, na época, Ministro da Educação e Saúde, por meio do decreto Lei. n.º 1.006, em 30 de dezembro de 1938, regulamentava a legislação para produção e utilização do livro didático, criando a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) (1938) para avaliação dos materiais didáticos “com objetivo de cuidar da produção, importação e utilização do livro didático” (BEZERRA, 2017, p. 69). Com a criação da CNLD pelo Decreto Lei n.º 1006, o Estado, por meio das políticas governamentais, passou a ser o principal agente na organização dos manuais didáticos. As políticas para os livros didáticos eram direcionadas aos conteúdos dos quais eles deveriam abordar. Essas políticas foram criadas com o papel de padronizar uma política nacional baseada em programas de ensino oficiais. Dessa forma, a produção dos livros didáticos deveria seguir as normas estabelecidas pela CNLD no processo de elaboração e produção dos livros didáticos. (GABRELON, 2016, p. 6).

No ano de 1945, ocorreu o decreto Lei. 8.460, de 26 de dezembro de 1945, o qual determinava a consolidação dos critérios da Comissão Nacional do Livro Didático e, com isso, passou a contar com o “trabalho de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral”³. Nos anos seguintes, por volta de 1947, os livros autorizados para as escolas primárias, secundárias, normais e profissionais começaram a ser publicadas através do Diário Oficial da União, até 24 de março de 1961. Neste mesmo período, em 1952, ocorreu a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), com o objetivo de elaborar livros didáticos, guias e manuais para os professores. De acordo com Filgueiras (2011), a CALDEME estava em carregada de traduzir “livros de grande importância para a educação, publicar livros inéditos de autores brasileiros, realizar estudos sobre materiais didáticos destinados ao ensino de Ciência”. (FILGUEIRAS, 2011, p. 4).

No ano de 1956, outra política governamental foi introduzida por meio do Decreto n.º 38.556, de 12 de janeiro de 1956, que substituiu a CALDEME pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME). Segundo o decreto, no Art. 3, o objetivo era de “promover o levantamento de dados sobre

³ BRASIL. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

as necessidades de material escolar e as condições de mercado e promover a incrementar a produção de material didático”⁴. No ano de 1961, com a instituição da Lei n.º 4.024, é fixada as Diretrizes e Bases da Educação em 20 de dezembro de 1961. Com a implementação da lei, ocorreu a expectativa de surgir alterações nos currículos, “[...] consequentemente, isso atingiria a adoção de livros escolares. Ao que parece, desde essa data, interrompe-se a avaliação dos manuais escolares, pois a partir de 1961 nenhuma lista foi encontrada”. (STAMATTO e CAIMI, 2016, p. 230).

No ano de 1971, por meio do Decreto n.º 68.728, de 9 de junho de 1971, aconteceu a transferência das contas bancárias existentes no Banco do Brasil S.A., em nome da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), assim, passaram à responsabilidade do Instituto Nacional do Livro Didático. O Instituto Nacional do Livro Didático, em 1971, passou a administrar e gerenciar os recursos financeiros destinados à política educacional e desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). (BEZERRA, 2017, p. 69).

No ano de 1976, o Governo Federal assumiu parcela de compras dos livros didáticos para distribuição para as escolas. Com a extinção do INL, também foi criada Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), por meio da Lei n.º 5.327, de 2 de outubro de 1967, que tinha objetivo de realizar programas relacionados aos livros didáticos. A fundação funcionou até em 1983, quando foi substituída pela Fundação de Assistência aos Estudantes (FAE), na qual incorporava a PLIDEF, pela Lei n.º 7.091, de 18 de abril de 1983. A FAE “era um grupo de trabalho especialmente instituído para analisar os problemas dos livros didáticos e propõe a participação dos professores no processo de escolha”. (BEZERRA, 2017, p. 69).

Em 1985, é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pelo Decreto Lei n.º 91.542. O programa apresentou novidades como, a) “indicação do livro didático pelos professores”, b) “reutilização do livro por mais de um ano letivo”, c) “aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando a maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos”⁵. Para Célia Cassiano (2004), o PNLD tem objetivo de:

[...] a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental, sendo que a política de planejamento, compra, avaliação e distribuição do livro escolar é centralizada no governo federal. Realiza-se por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia federal vinculada ao MEC (Ministério da Educação) e responsável pela captação de recursos para o financiamento de programas voltados ao ensino fundamental. (CASSIANO, 2004, p. 35).

⁴ BRASIL. Decreto nº 38.556, de 12 de janeiro de 1956. Institui a Campanha Nacional de Material de Ensino. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1950-1959/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁵ BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Desse modo, o programa se desenvolveu no contexto da redemocratização no Brasil. Para muitos autores(as), como Helenice Rocha; Flávia Caimi; Célia Cassiano (2017), o PNLD apresentou significativas alterações no âmbito educacional na distribuição de materiais didáticos para escolas brasileiras. A partir da criação do programa, “propõe, entre outras prerrogativas, a maior participação dos professores denominados do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem comprados pelo governo e a adoção de livros reutilizáveis” (CAIMI, 2017, 34). O programa estabeleceu exigências perante algumas leis oficiais que “começou a funcionar já sob o marco legal da Constituição de (1988), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1994-96), e a formulação, e apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)”. (ROCHA, 2017, p. 15).

O PNLD foi criado devido à continuidade das políticas públicas e ao programa de compras de manuais didáticas que já atuava, como o caso da (PLINDEF). Desse modo, a partir da criação do PNLD, houve a ampliação do processo de avaliação dos livros didáticos adquiridos pelo Estado. Nesse contexto, é importante mencionar que, por meio das avaliações realizadas pelo PNLD transformou o processo de avaliação e aquisição em uma grande ferramenta para alterações nas narrativas didáticas escolares, em virtude de que, os Editais de avaliação é formado por conjunto de requisitos que avaliam as coleções didáticas.

Os critérios do PNLD: o que dizem sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana?

Com objetivo de verificar se o PNLD, por meios dos Editais de convocação para o processo de avaliação publicados dos anos 2008, 2011, 2014, 2017 e 2020 tem a preocupação em respeito à Lei 10.639/03. Desse modo, foi analisado os Editais de convocação do PNLD para compreender as orientações e exigências de ordem pedagógica da avaliação. No período em questão, os Editais de convocação apresentaram no total de oito critérios eliminatórios comuns: Assim, no PNLD de 2008 a 2017, os editais, apresentam seis critérios a destacar: 1) Correções dos conceitos e informações básicas; 2) Coerência e adequação metodológicas; 3) Preceitos éticos/Respeito a Legislação, às diretrizes e às normas oficiais ao ensino fundamental; 4) Construção de uma sociedade cidadã; (5) Manual do professor; 6) Estrutura editorial ou aspectos gráficos editoriais. Por sua vez, no Edital PNLD 2020, são acrescentados mais dois critérios eliminatórios comuns: 7) Observância às regras ortográficas e gramaticais; e 8) Qualidade do texto e adequação da temática.

Em relação sobre termos da Lei 10.639/03, os Editais realizam menções em quatro critérios. No primeiro critério, aparecem no item “Respeito a Legislação, às diretrizes e às normas oficiais ao ensino fundamental”. Neste critério, são mencionadas as leis 10.639/03 e a Diretrizes Curriculares para relações étnico-raciais como políticas públicas que regulamentam o ensino. O segundo documento é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-brasileira e africana. O documento aponta que o ensino no nível da Educação Básica deve seguir alguns princípios como:

- i- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- ii- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- iii- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- iv- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- v- à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;
- vi- à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas;
- vii- ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa. (BRASIL, 2004, p. 19).

Nota-se que, por meio dos princípios que a legislação apresenta, as narrativas didáticas das coleções devem veicular em seus conteúdos elementos como:

- a) Valorizar a história do povo africano e sua cultura;
- b) Desconstruir que sociedade não existem grupos étnicos distintos;
- c) Desconstruir o pensamento da ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial;
- d) promover narrativas que valorize a diferença visando construir uma sociedade igualitária e justa. (BRASIL, 2004, p. 19).

Desse modo, as coleções didáticas precisam atender as demandas da legislação que trata da diversidade étnico-racial. Ou seja, no critério em respeito da legislação, é nesse momento que as políticas educacionais tratam sobre as questões étnico-raciais, especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, mencionadas nos editais de avaliação do PNL D.

O segundo critério, surge no item “Construção de uma sociedade cidadã”, conforme os editais as coleções devem apresentar:

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, espera-se que o livro didático:

- 1) promova positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder, reforçando, assim, sua visibilidade;
- 2) aborde a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
- 3) promova positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
- 4) promova positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio científicos;
- 5) aborde a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária. (BRASIL, edital PNLD, 2008, p. 31) (grifo nosso).

Repare-se que, no ano 2008 já havia a preocupação com a temática da diversidade étnico-racial. Sendo que, para promover o respeito à cidadania os livros didáticos deveriam atender os requisitos, como a valorização da cultura africana e afro-brasileira respeitando seus valores e conhecimentos. Outro ponto importante, é que as coleções didáticas devem implementar uma educação contra o preconceito e discriminação racial, ou seja, uma educação antirracista. Já no edital de 2011, ocorrem duas alterações em relação à 2008. A primeira refere-se aos critérios de avaliação pelo PNLD. Os critérios antes formados por critérios comuns e qualificação, ficou apenas pelos critérios eliminatórios. Isto é, na avaliação das obras a partir do edital de 2011 foram apenas pelos critérios eliminatórios e na sua respectiva área do conhecimento. A segunda trata da seção Princípios Gerais, em que os editais apresentam os objetivos que as coleções devem contribuir efetivamente para a construção da cidadania. Sendo assim, percebe-se a preocupação dos editais no processo da construção da cidadania possui os seguintes valores:

Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as coleções devem contribuir efetivamente para a construção da cidadania. Nessa perspectiva, as obras didáticas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

- a· Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- b· Abordar a temática de gênero, da não-violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia;

- c· Promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades das coleções, reforçando sua visibilidade;
- d· Promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes;
- e· Incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância;
- f· Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- g· Promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio científicos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural;
- h· Abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (BRASIL, edital PNLD, 2008, p. 35). (grifo nosso).

Destaca-se, novamente para importância os três últimos itens. Que são a respeito de promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes, promover os seus valores e saberes sócio-históricos, além de abordar as temáticas das questões étnico-raciais nas coleções didáticas. Nota-se, a associação no sentido de cidadania e as questões étnico-raciais. Somente no edital de 2020, a seção Princípios Gerais foi alterada para Considerações Gerais – Características e objetivos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Desse modo, os editais no período em questão sempre tiveram a preocupação em respeito a promover os princípios para cidadania. Assim, o critério se tornou algo fundamental no processo de avaliação pelo PNLD não somente na área da História, mas como todas as outras da Educação Básica.

No critério Estrutura editorial e aspectos gráficos editoriais, é trazido elementos importantes as coleções didáticas, uma vez que nos itens referentes às ilustrações devem seguir os princípios:

Quanto às ilustrações, devem:

1. ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas;
2. quando o objetivo for informar, devem ser claras, precisas e de fácil compreensão;
3. reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país;
4. no caso de ilustrações de caráter científico, indicar a proporção dos objetos ou seres representados;

5. estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação dos locais de custódia (local onde estão acervos cuja imagem está sendo utilizada na publicação).
6. trazer títulos, fontes e datas, no caso de gráficos e tabelas;
7. no caso de mapas e imagens similares, apresentar legendas em conformidade com as convenções cartográficas. (BRASIL, edital PNLD, 2014, p. 58). (grifo nosso).

É importante destacar o terceiro elemento sobre o critério da estrutura editorial. Trata-se de que as coleções didáticas devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira e a pluralidade social e cultural do país. Esse item é importante, pois, haja vista faz referência novamente às questões étnico-raciais como elemento avaliativo eliminatório nos editais de avaliação. Dessa forma, os editais apresentam elementos importantes para a questão étnico-racial, por que representam requisitos que as coleções didáticas devem implementar em suas narrativas didáticas elementos como:

- I) Valorizar a História África e a cultura africana e afro-brasileira;
- II) Reconhecer os afrodescendentes e seus conhecimentos socio científicos,
- III) Realizar uma educação contra o racismo, preconceito e discriminação racial;
- IV) Apresentar a importância desses sujeitos para a formação da sociedade brasileira.
- V) Promover positivamente a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social⁶.

Desse modo, nos últimos anos, percebe-se que houve a valorização e da importância de uma necessidade de que o livro didático deva desempenhar diversas funções, uma delas é o papel social ao contribuir para a formação da cidadania. Nos Guias de Livro Didáticos do Ensino Fundamental/Anos Finais, todos os documentos apresentam a importância em exercer essa função. Sendo assim, os Guias têm os padrões em destacar os seguintes pontos para as narrativas didáticas: I) abordar a diversidade das experiências humanas com respeito e interesse, se estimula o convívio social; II) abranger a formação da cidadania no conjunto do texto didático, III) abordar as temáticas das relações étnico-sociais, indígena e de gênero; IV) a violência contra a mulher, para construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária; V) contribuir para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social.

Em síntese, nota-se a relação entre os Guias editais com os critérios avaliativos estabelecidos, visto que ambos são produtos do PNLD. Isso ocorre porque os editais são elaborados a partir dos pressupostos das políticas oficiais que regulamentam o ensino, as legislações, como a Lei de Diretrizes

⁶ Elementos presentes nos Guias dos Livros do Ensino Fundamental/Anos Finais 2008 a 2020.

e Bases da Educação – com as suas alterações –, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Desse modo, o sentido de cidadania como mencionado anterior, possui relação com as questões étnico-raciais pelos critérios eliminatórios ao demonstrar a preocupação por meio dos parâmetros avaliativo em não apresentar informações e concepções discriminatórias e do não reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira.

A narrativas da História da África e cultura afro-brasileira: análise da coleção História Sociedade e Cidadania.

A metodologia utilizada na pesquisa propõe uma análise de cunho qualitativo nos livros didáticos selecionados. O aporte teórico é composto por Mikhail Bakhtin (2014), com análise do discurso que é uma prática/concepção da linguagem que consiste em analisar estruturas de textos enquanto fenômeno social, dialógica, interativa e polifônica. Em virtude de que, a partir os enunciados é possível sobretudo percebermos que estes derivam de experiências dos sentidos que são atribuídas e reproduzidas pelos discursos. Foram analisados 20 livros de História do Ensino Fundamental dos Anos Finais produzidas pela editora FTD e de autoria de Alfredo Boulos Júnior. A tabela 1, a seguir, mostra a distribuição dos livros analisados por ano do edital do PNLD e por atribuição de edição/ano. As obras didáticas foram distribuídas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nos anos 2008, 2011, 2014, 2017 e 2020.

Edital	Coleção	Editora	Edição/Ano
2008	História Sociedade & Cidadania	FTD	4ª edição/2004
2011	História Sociedade & Cidadania	FTD	1ª edição/2009
2014	História Sociedade & Cidadania	FTD	2ª edição/2012
2017	História Sociedade & Cidadania	FTD	3ª edição/2015
2020	História Sociedade & Cidadania	FTD	4ª edição/2018

Tabela 1. Coleções selecionadas para a pesquisa. Fonte: autor, 2020.

Diante disto, das 5 (cinco) coleções, foi realizado um mapeamento dos capítulos para representar em qual momento a temática da História e cultura afro-brasileira, conforme a Lei. Nº. 10.639/03 é abordada nos volumes das coleções. A seguir, o quadro construído para representar as informações:

A	2008	2011	2014	2017	2020
no	Capítulos	Capítulos	Capítulos	Capítulos	Capítulos

6 ° Ano	A civilização egípcia (6 Tópicos -18 páginas)	Egito (8 Tópicos -20 páginas)	O Egito antigo (7 Tópicos -21 páginas)	O Egito antigo e o reino de Kush (17 Tópicos -31 páginas)	Egito e Kush (5 Tópicos-21 páginas)
	A civilização Núbia e na África (3 Tópicos -13 páginas)	A Núbia e o Reino de Kush (9 Tópicos -14 páginas)	A Núbia e Reino de Kush (5 Tópicos -14 páginas)	— —	— —
7 ° Ano	África Negra: o Império de Mali (3 tópicos-13 páginas)	África Negra antes dos europeus: Império do Mali e reino do congo (10 Tópicos-18 páginas)	África Negra antes dos europeus: Império do Mali e reino do congo (2 Tópicos -16 páginas)	Povos e culturas Africanos: Malineses , bantos e iorubás (4 Tópicos -25 páginas)	Povos e culturas Africanos: Malinese s, bantos e iorubás (8 Tópicos-15 páginas)
	—	Economia e Sociedade Colonial (5 Tópico - 4 páginas)	Economia e Sociedade Colonial Açucareira (5 Tópico - 6 páginas)	Economia e Sociedade Colonial Açucareira (5 Tópico - 6 páginas)	América Portuguesa: Coloniza ção (3 Tópico - 4 páginas)
	—	—	—	—	Africano s no Brasil (7 Tópicos -16 páginas)
8 ° Ano	Africanos no Brasil: domínio e resistência (4 Tópicos -13 páginas)	Africanos no Brasil: domínio e resistência (13 Tópicos -20 páginas)	Africanos no Brasil: domínio e resistência (6 Tópicos-14 páginas)	Africanos no Brasil: domínio e resistência (3 Tópicos -19 páginas)	Rebeliõe s na América Portugue sa (1 Tópico - 3 páginas)
	Economia no Brasil Colonial (2 Tópico - 3 páginas)	A Sociedade Mineradora (3 Tópico - 4 páginas)	A Sociedade Mineradora (1 Tópico - 3 páginas)	A sociedade Mineradora (1 Tópico - 2 páginas)	Regência s: a unidade Ameaçad a (3 Tópico - 5 páginas)
	A sociedade colonial Açucareir a (1 Tópico - 4 páginas)	A emancipação política do Brasil (1 Tópico - 2 páginas)	A emancipação política do Brasil (1 Tópico - 1 páginas)	A emancipação política Do Brasil (1 Tópico - 2 páginas)	Segundo Reinado: política, Economia e guerra (3 Tópico - 4 páginas)
	A mineração (1 Tópico - 2 páginas)	Regências : a unidade ameaçada (3 Tópico - 4 páginas)	Regências : a unidade ameaçada (4 Tópico - 4 páginas)	Regências : a unidade ameaçada (4 Tópico - 6 páginas)	Abolição , imigração e Indigenis mo no império (4 Tópico - 7 páginas)

	A emancipação política do Brasil (1 Tópico - 1 páginas)	O reinado de D. Pedro II: Moderniz ação e imigração (3 Tópico - 3 páginas)	O reinado de D. Pedro II: Moderniz ação e imigração (3 Tópico - 3 páginas)	O reinado de D. Pedro II: Moderniz ação e imigração (3 Tópico - 4 páginas)	
	Regências : a unidade Ameaçad a (3 Tópico - 5 páginas)	Abolição e República (4 Tópico - 5 páginas)	Abolição e República (4 Tópico - 6 páginas)	Abolição e República (4 Tópico - 8 páginas)	
9 º Ano	Independ ência na Ásia e África (3 Tópico -8 páginas)	Independ ência na Ásia e África (8 Tópico -15 páginas)	Independ ência na Ásia e África (3 Tópico -14 páginas)	Independ ência na Ásia e África (3 Tópico -13 páginas)	Nacional ismo Africano e Asiático (5 Tópico -8 páginas)
	República Velha: Resistênci a (1 Tópico - 1 páginas)	República Velha: Resistênci a (1 Tópico - 2 páginas)	Primeira República: Resistência (1 Tópico - 2 páginas)	Primeira República: Resistênci a (1 Tópico - 2 páginas)	Movime ntos sociais: Negros, Indígenas e mulheres (2 Tópico-6 páginas)

Quadro 1. Espaço destinado para narrativa sobre História e Cultura Afro-brasileira. Fonte: Coleção História, Sociedade & Cidadania. Sistematização, autor.

De acordo com a quadro 1 acima, percebemos que, os capítulos que abordam a temática da História África e Cultura Afro-brasileira. Nota-se que, os volumes das coleções têm a preocupação em realizar o debate em torno da temática ao longo dos livros didáticos do 6º ao 9º ano. Desse modo, as coleções, de certa forma, atendem à demanda conforme os requisitos da Lei. 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Também podemos perceber, que tal temática possui destaque na narrativa didática nas coleções, contendo uma significativa quantidade de páginas nos capítulos. Sobre os capítulos, nota-se que, a quantidade capítulos que mencionam a temática, conforme a tabela abaixo:

Volumes	Totais de Capítulos	Capítulos que abordam o tema	Tópicos sobre o tema
6º ano	73	8	60
7º ano	73	10	52
8º ano	81	28	85
9º ano	89	10	28
Total	316	56	225

Tabela 2. Quantidade de capítulos que aborda a temática nos livros didáticos. Fonte: Coleção História, Sociedade & Cidadania. Sistematização, autor.

Conforme a tabela 2 acima, verifica-se que, nos volumes da coleção “História Sociedade & Cidadania”, possuem o total de 56 capítulos que desenvolvem a temática da história da África e cultura afro-brasileira. É importante mencionar que, esses volumes apresentam capítulos que tratam totalmente da história do continente africano e seus descendentes, como, por exemplo, “A civilização egípcia”; “A civilização Núbia e na África”, “África Negra: o Império de Mali”. Além disso, os livros didáticos têm capítulos que abordam conteúdo integrado com outras informações, como o caso, “Africanos no Brasil: domínio e resistência”, “Independência na Ásia e África”, “Movimentos sociais: Negros Indígenas e mulheres”, etc. Dessa forma, por meio do mapeamento dos capítulos, percebe-se que a temática possui uma grande dimensão, visto que, têm o total de 225 tópicos que abordam a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Em síntese, ao final da análise do mapeamento dos capítulos que tratam da temática nos livros didáticos, identificou-se uma desigualdade dos capítulos na abordagem sobre a cultura afro-brasileira e africana. Isso ocorre devido, por meio das narrativas, as temáticas ainda são abordadas na perspectiva de exploração desses agentes representadas nas narrativas didáticas. Ou seja, as narrativas didáticas valorizam e destacam em boa parte dos capítulos a participação dos agentes, o homem branco que através de suas ações comandam as ocupações territoriais que promovem a reação dos outros agentes, como o caso dos africanos e afro-descendentes. Conforme mencionado no segundo capítulo da dissertação, as narrativas didáticas ainda possuem um viés eurocêntrico. Desse modo, as narrativas didáticas seguem o modelo tradicional da história, abordando uma perspectiva de tempo linear dos eventos e progressiva referente aos agentes envolvidos nesses acontecimentos históricos.

Verifica-se, também, a preocupação das coleções didáticas para atender as demandas dos Editais de convocação e avaliação do PNLD no período em questão. Por meio da análise, notou-se que, as narrativas abordam a valorização da cultura dos povos africanos e afro-descendentes, e principalmente no requisito de avaliação a respeito de promover a construção para uma cidadania justa e igualitária. Outro ponto que devemos mencionar é o atendimento a respeito das políticas educacionais, como a Lei.10.639/03 e às Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Algumas considerações

Portanto, a partir da pesquisa notou-se que, os livros didáticos da coleção “História Sociedade & Cidadania” abordam a temática da história e cultura africano e afro-brasileira, conforme a Lei.10.639/03. Todavia, essas narrativas abordam temas considerados tradicionais, como conteúdos sobre as antigas civilizações do continente africano, Antigo Egito, Reino de Kush. Posteriormente, conteúdos abordam o deslocamento do povo africano, por meio do processo do tráfico atlântico dos africanos para América, ou seja, narrativas da Diásporas africanas enfatizando o processo (Escravidão,

resistência e abolição/libertação). E por fim, os conteúdos a partir do século XIX da África e Ásia sobre a colonização e descolonização, por meio do processo de independência.

Segundo o historiador Anderson Oliva, os livros didáticos escolares realizam um “silenciamento e um número pequeno de manuais possui capítulos específicos sobre a temática” (OLIVA, 2008, p. 32). Sobre essa reflexão, podemos relacionar com atual análise da coleção, visto que, são poucos capítulos destinados para a temática. Outra premissa defendida pelo autor, é que quase sempre os temas da história da África e cultura afro-brasileira nos manuais didáticos estão ligados com a “História Brasil, da América ou da Europa, devida à escravidão, à expansão ultramarina, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em grande parte dos países africanos formados no século XX”. (OLIVA, 2008, p. 33).

Referências

- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BITTENCOURT, Circe. O Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2020.
- BISPO, Denise Maria de S.; SILVA, Luiz Gustavo S. Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira: Desafios e Possibilidades. Revista Tempos e Espaços em Educação, UFS, v. 1, p. 15-20 jul./dez. 2008.
- BEZERRA, Holien G. O PNLD de História: momentos iniciais. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. História, São Paulo, 23 (1-2), 2004.
- CASSIANO, Célia. Política e economia do mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- CAIMI, Flávia. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- COELHO, Wilma de Nazaré B.; COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.
- FELIPE, Delton Aparecido.; TERUYA, Tereza Kazuko. Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 3, n. 4, jan./jun. 2014.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26; 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011.
- GABRELON, Anderson. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Aquisição e distribuição do livro didático como política de Estado. In: X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR. Anais, Campinas, SP: UNICAMP, 2016.

LIMA, Mônica. História da África: temas e questões para a sala de aula. IN: Cadernos PENESB: População negra e educação escolar. Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006.

MOORE, Carlos. Novas bases para o ensino de História da África no Brasil. 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate: uma introdução aos estudos africanos. In: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro et. al (Orgs.). História e cultura afro-brasileira e africana na escola. Brasília: Ágere, 2008, p. 34.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SOARES, Jandson; DIAS, Margaridas. O programa nacional do livro didático PNLD. In: FERREIRA, Marieta de M; OLIVEIRA, Margarida M. D. de (Orgs). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

STAMATTO, Maria Inês S; CAIMI, Flávia E. O livro didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. Revista Educação em Questão, Natal, v. 54, n. 41, maio/ago. 2016.